

ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA: DINÂMICAS URBANAS DE CONCEPÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE DO RECIFE

RESISTANCE SPACES: URBAN DYNAMICS OF PUBLIC SPACE CONCEPTION IN THE CITY OF RECIFE

Fernando Aureliano de Araújo
fernando_aureliano@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir as dinâmicas de concepção do espaço urbano contemporâneo, visto como espaço social, produzido e reproduzido em conexão com as relações políticas e econômicas presentes no processo de implementação do Parque Dona Lindu no Recife (estudo de caso), discussão essa construída a partir dos discursos de alguns representantes do poder público e da sociedade civil, no período de 2003 a 2011. Frente ao pleito da comunidade do bairro de Boa Viagem de desapropriar uma área para a construção de um parque público, a Prefeitura do Recife decide convidar o arquiteto Oscar Niemeyer para fazer o projeto do espaço público, a polêmica se estabelece porque o arquiteto propôs duas edificações de função cultural como elemento central de abrangência metropolitana que se contrapôs ao anseio de uma parcela dos moradores que clamavam por um 'parque verde'. O espaço urbano espelha as representações sociais, assim, o debate instaurado neste estudo apoiasse na noção de produção do espaço social, defendida por LEFEBVRE (2013), de espaço cotidiano, tratado por CERTEAU (1998), e direito à cidade, movimentos sociais e expressões de resistência analisadas por HARVEY (2014). Nesse processo diversos atores (poder público, sociedade civil, dentre outros) buscavam do seu bem comum, que nem sempre é comum a todos.

Palavras-chave: Parque Dona Lindu; Espaço Público; Espaço Social

Abstract

The present article aims to discuss the dynamics of contemporary urban space conception, seen as a social space, produced and reproduced in connection with the political and economic relations present in the process of implementation of the Dona Lindu Park in Recife (case study), discussion this one constructed from the speeches of some representatives of the public power and civil society, from 2003 to 2011. Faced with the community's claim in the Boa Viagem neighborhood to expropriate an area for the construction of a public park, the City Hall of Recife decides to invite the architect Oscar Niemeyer to make the project of the public space, the controversy is established because the architect proposed two buildings of cultural function as a central element of

metropolitan comprehension that was opposed to the yearning of a part of the inhabitants who called for a 'green park'. Urban space reflect the social representations, so the debate established in this study supports the notion of social space production, defended by LEFEBVRE (2013), of everyday space, treated by CERTEAU (1998), and the right to the city, social movements and expressions of resistance analyzed by HARVEY (2014). In this process, several actors (public power, civil society, among others) sought their common good, which is not always common to all.

Keywords: Dona Lindu Park; Public Space; Social Space

Introdução

A implantação do Parque Dona Lindu, na zona sul do Recife, foi envolta por polêmicas. O projeto de um parque público à beira-mar da orla de Boa Viagem, um dos cartões-postais mais conhecidos da cidade, numa área intensamente urbanizada, constituía-se no aproveitamento de dois terrenos que resistiram, quase intactos, ao intenso processo de urbanização ocorrido ao seu redor. A área bastante almejada que passaria a possibilitar a construção de um parque público, em meio a um verdadeiro paredão de construções verticais, viria a preencher uma clareira de 27.166.68m², com uma área verde livre de construções. Uma verdadeira joia rara em plena Avenida Boa Viagem.

Nesse terreno, avaliado em R\$ 82 milhões, pretendia-se construir três novos prédios de quarenta e sete andares, e outros espigões já estavam também sendo projetados para ocupar o local. Essa situação se institui no âmbito da atual problemática urbanística que se constata no Recife. Portanto, entendemos como oportuno estudar o processo de construção da ideia de implementação do Parque Dona Lindu, um espaço público de uso coletivo, pois o estudo dos parques públicos não constitui prioridade na história do urbanismo e do paisagismo em nosso país, mesmo estando inseridos nas dinâmicas urbanas de concepção do espaço citadino.

Boa Viagem é um bairro litorâneo, consta como um dos mais representativos da capital, seu principal referencial é a Avenida Boa Viagem, que se estende por 6,5Km ao longo da orla do Estado. Caracteriza-se como um lugar de intensa especulação imobiliária, alto índice de processo de urbanização e verticalização. No entanto, no ano de 2004, um grupo de moradores do bairro resolveu lutar pela cessão das duas áreas para construção de um parque público no local.

Desejavam um parque vegetado, pois, segundo eles, o bairro necessitava de praças sombreadas, áreas livres de construções e jardins para melhorar a qualidade de vida da população.

Inicialmente conseguiram o apoio do então vereador Luiz Helvécio (PT), que tinha apresentado, em 23 de abril de 2003, um requerimento em plenário da Câmara Municipal do Recife em que solicitava a cessão dos terrenos à prefeitura com o objetivo de criar mais uma área de lazer em Boa Viagem. O grupo conseguiu 17 mil assinaturas a favor da construção do parque. A cópia do documento com as assinaturas foi entregue ao então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, reivindicando a cessão e transferência dos terrenos, que pertenciam a União e estavam de posse da Aeronáutica, para o município com o intuito de transformá-lo em um parque público. O Recife até então estava sob uma gestão petista (desde os anos 2.000, o prefeito da cidade era João Paulo, do PT). Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para Presidência, em 2003, o governo municipal ganhou um suporte no Governo Federal.

Após algumas intervenções realizadas pelo prefeito junto ao presidente da república, este resolveu ceder os dois terrenos ao município do Recife, conforme Diário Oficial da União, dia 05 de setembro de 2006. De acordo com a Portaria no 254 do Ministério do Planejamento, a cessão dos imóveis seria realizada gratuitamente pelo prazo de 20 anos, renováveis por igual período. Finalmente, estavam, assim, resolvidas as questões relativas à posse do terreno.¹

Em 12 de março de 2007, no aniversário dos 470 anos da cidade do Recife, a prefeitura divulgou a proposta para a construção do parque público, cuja obra ficaria a cargo do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer. A demanda ao arquiteto foi de um centro metropolitano de cultura e lazer, algo como um parque cultural. Segundo Oscar Niemeyer (2009), o teatro é o elemento principal do projeto e, como tem um gabarito menor do que as edificações do entorno, garante uma pausa no paredão lá existente. Consta de área ajardinada, teatro, prédio de apoio com escritórios, lojas e salão de exposições.

O projeto deste teatro estabelece uma pausa neste correr de prédios que variam entre quatro e dez pavimentos a desmerecer a maioria das praias brasileiras. É claro que tudo começou em função do poder imobiliário e sua ânsia invencível de lucro sem o menor respeito pelas mais primárias regras de correção e bom gosto. Isso sem falar do aspecto urbanístico que essas avenidas litorâneas

¹ União libera terrenos para construir parque. Jornal do Commercio, Recife, 07 de setembro de 2007. Caderno Cidades, p. 06.

apresentam. Quando destinadas a tráfego mais intenso, cortam a ligação mais íntima da cidade com as praias. Numa grande área ajardinada serão situados o teatro, o prédio de apoio com escritórios, lojas etc., o salão de exposições e um mirante, que, a 20 m de altura, dará aos visitantes uma visão panorâmica extraordinária.²

Segundo Petrônio Martins (2007), presidente da Associação Amigos do Parque à época, os moradores sugeriram uma concha acústica para um público estimado em mil pessoas, biblioteca, sala para leitura e vídeo, entretanto o projeto tão almejado teria sido trocado, conforme seu depoimento ao jornal do Commercio, por um equipamento público destinado à realização de shows.³ Isso representaria uma distorção, pois, de acordo com as informações oficiais da Prefeitura do Recife, o parque tem 60% de área verde, mas, segundo Martins, esse projeto não era condizente com os anseios dos moradores do bairro, porque

Há uma predominância da obra do arquiteto sobre a área verde, o teatro e o salão de exposições se destacam no projeto, só a parte de trás do terreno, próximo à rua Setúbal, contempla nossa concepção de parque, com sua área verde, equipamento de ginástica e brinquedos infantis. Na verdade, o parque verde é o quintal do teatro. É preciso harmonizar a obra do arquiteto com os asseios da população, queremos aumentar a área verde. (Depoimento de Petrônio Martins, concedido ao jC em 15.03.2007).

Na implementação do Parque Dona Lindu, percebemos essa teia de relações que envolvem diversos atores (poder público, sociedade civil, dentre outros), os quais se questionam a cada momento em busca do seu bem comum – que nem sempre é comum a todos –, causando, dessa forma, divergências, entretanto, a partir da leitura das diversas contribuições a respeito desse espaço público (o Parque Dona Lindu), é possível compreender o processo de implementação dos espaços públicos atuais da cidade do Recife, entendendo a atuação daqueles que conduziram a efetivação desses espaços que, antes de tudo, são palco das relações sociais materializadas em um espaço físico da cidade.

Discorremos sobre o processo de implementação do Parque Dona Lindu sob a perspectiva da cidade como uma entidade social, do exercício do direito à cidade, enfocando o surgimento da

² NIEMEYER, Oscar. Oscar Niemeyer: 1999-2009. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p.90.

³ AMPARQUE (Associação Amigos do Parque) e APBS (Associação de Moradores do Pina, Boa Viagem e Setúbal).

luta urbana configuradora de significados sociais e políticos presentes na dinâmica urbana de nossa cidade.

Espaço público, em constante construção um palco de negociações

Muito se debate, na atualidade, sobre o que vem a ser o espaço público, sua importância para a construção social da coletividade, da vida cotidiana. Dessa forma, é necessário estabelecer relações entre espaço público e espaço social. Trata-se de categorias de análise complexas, com múltiplos sentidos, conceitos, esferas, interpretações e significados. Inicialmente, porém, é preciso entender que espaço público não tem, em todas as épocas, o mesmo sentido e significado, pois esse conceito depende diretamente das correlações dos diversos grupos sociais. Nesse sentido, o espaço público faz parte da concepção das relações sociais, incorporando significados que lhe são atribuídos por determinadas representações, conexões, simbologias e construções de identidades.

Existem, contudo, duas acepções de espaço, uma pública e outra sociológica, ambas concebem o espaço público como suporte das ações e intervenções do ser humano as quais refletem suas vivências. Assim, a vida pública (originária das cidades-estados gregas) surgiu a partir da concepção de duas atividades políticas: a ação (práxis) e o discurso (conversação).

Essa situação consolidou-se ao longo da história, ocorrendo a supremacia do discurso (das palavras e da persuasão) sobre a práxis. Assim, a “*pólis*” grega era o lugar onde o cidadão era igual, entretanto, no espaço comum a todos, ele poderia ser diferente, ou seja, ser um indivíduo autor do seu próprio discurso e nesse espaço defender suas ideias. Essa percepção do espaço como um lugar onde as pessoas interagem perdurou nas sociedades clássicas, cristalizando-se como gênese das leituras atuais. Conforme Habermas (1990), a esfera pública consolida-se com a formação do Estado burguês, assimilando o conceito de público múltiplos significados: vida pública, esfera pública e público.

Para ARENDT (1999), o espaço público é entendido como um espaço cívico, lugar do discurso entre cidadãos livres, e a indispensável a compreensão do espaço público como o lugar social, que inclui as relações subjetivas e interfere diretamente na forma urbana. Esse espaço apresenta-se essencialmente como o lugar voltado para a ação política, propício à expressão de modos não indenitários. Assim, podemos dizer que foi no âmbito do ser político que se originou o espaço público, tornando-se o espaço do “fazer político” e da esfera pública, da construção da

coletividade, lugar sem “persona”, elaborado pelos comuns, não harmônico, diretamente relacionado com um fazer político, a uma sociabilidade, ao exercício da cidadania.

Não podemos esquecer, contudo, que existe uma intencionalidade na forma de fazer política que interfere na formulação de espaços públicos, espaços nem sempre pacíficos, pois cada sociedade produz o seu espaço, com lógica e estratégias próprias existindo uma temporalidade perceptível nesse espaço. Conforme Henri Lefebvre (2013), é impossível pensar a cidade moderna, o urbano, sem entender o espaço que ela ocupa, sem entender as suas relações de apropriação e desapropriação, enquanto obra, sem partir de concebê-las como produtos, como um suporte material das relações humanas. Assim, é necessário pensar a construção do espaço público na cidade contemporânea como fruto de relações sociais, econômicas e históricas, inseridas no sistema capitalista.

Nesse sentido, a leitura do espaço tem que ser realizada indo-se além daquilo do que é dito, extrapolando-se aquilo que é mostrado e partindo-se de observações e interpretações de mensagens contidas no cotidiano vivido pelas pessoas. Isso porque se precisa considerar a importância de fatores culturais para a formação do espaço, a necessidade de observar-se o espaço público segundo essa perspectiva, ou seja, conceber-se o espaço como a materialização da dimensão existencial de um lugar habitado. Em síntese, faz-se necessário entender o espaço público como algo vivenciado, potencializado pelo uso (CERTEAU, 1998).

Nesse sentido, a construção do espaço público decorre de relações dialéticas. Inúmeras vezes esse conceito é generalizado, o espaço é o lugar praticado, suporte material, o efeito das operações que o orientam. Ressaltamos, contudo, que os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural. Dessa forma, para apreendê-lo, faz-se necessária uma análise do cotidiano a partir do discurso, da manipulação e fabricação de práticas coletivas, oriunda das massas, do lugar de onde se fala, das condições de sua enunciação em prol de objetivos preestabelecido. Nessa perspectiva, o espaço pertencente à esfera do poder público ganha um novo significado – social, cultural, político, ideológico –, que possibilita um possível progresso material. (CERTEAU, 1998)

A partir do momento em que o espaço é posto como um produto da ação social, o conhecimento a respeito dele reeditará essa produção. Os produtos localizados no espaço (dentre eles, as coisas e os discursos) indicam o processo produtivo e podem ser entendidos como marcas

a serem lidas, demonstradas de maneira materializada, o que implica vê-las a partir da perspectiva histórica. O passado gerador das forças produtivas se inscreve no espacial, em algo materializado, assim, a histórica pode ser utilizada como uma ferramenta na busca de interpretar as práticas cotidianas, isso significa construir uma narrativa a qual identifique fatores que colaboram para construção de identidades e memórias implicando compreender que a cidade e a sua contextualização temporal são indissociáveis.

Essa forma de apropriação pode ser percebida por meio da leitura do espaço público e da compreensão do uso que é dado aos lugares como forma de discurso. Esse espaço público seria fruto de práticas urbanas, construídas no cotidiano e resultantes do diálogo entre diversas individualidades com pontos de vista e interesses diferentes que reverberam fatores sociais, culturais e históricos. Existe um código no espaço que reúne signos verbais e não verbais, e a leitura desse código permite sua vivência, produção e compreensão. Em síntese, o espaço reflete o seu momento histórico.

Ao refletir sobre a cidade e suas relações com a construção do espaço público, buscamos compreender as nuances dos movimentos articulados pelos desejosos de um parque verde em detrimento do projeto apresentado pelo escritório do arquiteto Oscar Niemeyer que, segundo seus opositores, privilegiava o concreto armado. A cidade seria resultante da dinâmica social, fruto da criação humana e de suas atividades em determinado espaço definido.⁴

O parque torna-se protagonista dos processos que incentivam novas práticas e planejamento urbano, indutor de uma urbanidade norteada pela produção de espaços voltados para o consumo. A concepção desses parques ultrapassa critérios funcionais, paisagísticos ou estéticos, pois procuram potencializar o retorno comercial decorrente do aumento das atividades turísticas, frutos da implantação desse espaço público.

⁴ De acordo com Rolnik (2004), a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza. Ela nasce com o processo de sedentarização e seu aparecimento delimita uma nova relação homem/natureza. Nela efetivam-se a organização da vida social e a produção coletiva, que podem ser observadas tanto na sua existência material como também em sua dimensão política.

Práticas urbanas: um projeto de parque para Boa Viagem

O processo de efetivação do Parque Dona Lindu é um imenso testemunho da força e conquista dos que almejavam participar no processo de implementação de um parque público em Boa Viagem: uma parcela dos moradores do bairro, representados pela AMPARQUE (Associação Amigos do Parque) e APBS (Associação de Moradores do Pina, Boa Viagem e Setúbal), arquitetos, professores e alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, engenheiros florestais da UFRPE, entre outros. Discutia-se tanto a cessão e transformação dos terrenos pleiteados no bairro de Boa Viagem em parque público urbano como também se questionava a posterior decisão do prefeito do Recife, à época João Paulo, em determinar que o escritório do arquiteto Oscar Niemeyer ficaria responsável pela elaboração do projeto e implantação do parque nos terrenos que, juntos, somam em torno de 27.166,68m².

O processo de construção da concepção do parque até então articulado deveria levar em consideração o que as intervenções físicas acarretariam ao caráter social, ambiental, histórico e cultural. Essas talvez tenham sido ausências no processo. A conflitante relação de poder em que a decisão final, que supostamente não levaria em conta os anseios do povo soberano, foi propulsora de inúmeras ações que suspenderam as licitações para construção do parque como também processo na 4ª Vara da Fazenda Pública, consulta encaminhada à Promotoria de Defesa do Ambiente e do Patrimônio Histórico-Cultural, intervenções do Ministério Público de Pernambuco e tramitação no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Portanto, estabelece-se como oportuno o entendimento das dimensões e valores atribuídos a esse conflito.

Subjacente à escolha do escritório de Oscar Niemeyer para elaboração do projeto do Parque Dona Lindu, existe a utilização do objeto arquitetônico, de seu valor como imagem publicitária, como marketing urbano. É a arquitetura empregada como um objeto político. A partir disso, percebe-se que a arquitetura também é uma forma de discurso, produz sentido, desempenha um papel social, político, econômico e cultural.

No alvorecer do século XXI e do cenário do maior arquiteto brasileiro do século passado, e quiçá deste, o desejo de edificar uma obra com sua assinatura é um desejo de políticos interessados em consagrar uma marca pessoal para o futuro: de intelectuais apreciadores das manifestações tardias do nosso modernismo sedutor; de cidadãos comuns de todo o mundo, pois suas obras sempre serão objetos do interesse das hordas cada vez maiores de turistas [...] Afinal, para

atender ao receituário dos empreendimentos renovadores de paisagens urbanas, faz-se necessária a presença de obra magnífica de autor magistral. Para todos esses interessados em adquirir uma peça de grife. (AMORIM, 2010. p.29).

Estudar a implementação do Parque Dona Lindu é, antes de tudo, investigar as práticas urbanas realizadas no espaço público da cidade do Recife a fim de compreender as práticas cotidianas resultantes no processo de produção desse espaço. Entretanto é importante avaliar, de acordo com a visão atual sobre o fato, a posição do capital imobiliário e do capital comercial como influenciadores desse processo que continuamente reverbera nas relações de classe.

Isso suscita algumas observações interessantes: as cidades, no seu desenvolvimento, revelam contradições impostas pelo sistema capitalista; o papel desempenhado pelas lutas e movimentos civis organizados, que pretendiam debater e discutir essa intervenção urbana, é relevante para o entendimento das funções sociais da cidade e da propriedade; abordar o tema dos movimentos de resistência existentes na cidade do Recife, que lutaram por um parque verde, é importante para entender como as transformações espaciais têm sido produto e condição das intervenções urbanas.

No cerne da luta por um parque verde aos molde do Parque da Jaqueira, estava a busca de exercer o direito de participar do projeto do parque, o direito à cidade, pois os descontentes com o projeto apresentado pelo escritório do arquiteto Oscar Niemeyer não desejavam um parque com o solo predominantemente impermeabilizado, o que contribui para o aumento da temperatura em um bairro, já tão intensamente ocupado por edificações, com poucas áreas de lazer, elevado custo e trânsito intenso etc. Essa questão ia além da aquisição de um parque para o bairro: era preciso discutir de que tipo de parque necessitava o bairro. Entretanto, é importante salientar o pensamento de Serpa (2007), para quem um parque vai além de suas concepções: é em linhas gerais uma concretização de uma vontade política.

Antes mesmo de tornar-se esse espaço de lazer caro aos urbanistas ávidos de natureza, o parque é uma ideia, um conceito, uma utopia, um desejo [...] Concebido como equipamento urbano e recreativo, o parque público está ligado, sobretudo, a uma vontade política. A história de um parque começa sempre com uma vontade política [...] para realizar seu “sonho” de parque público, o poder (real, imperial ou presencial) sempre soube buscar o auxílio de profissionais de prestígio. (SERPA, 2007. p.70).

Numa sociedade norteadada pelo sistema capitalista, que incentiva o crescimento a qualquer custo, ainda que prive o empoderamento e participação do cidadão na escolha da configuração da cidade em que quer morar, em que os produtores do espaço (Estado, empreendedores imobiliários, comunidade, mercado, grandes empresas, comerciantes, etc.) convivem com os conflitos sociais resultantes desse processo de transformação da cidade, repercutindo diretamente na forma de produzir o espaço urbano, as políticas de gestão pública podem se configurar de múltiplas formas.

Claramente, as cidades contemporâneas cada vez mais envoltas pelo capitalismo se distanciam das premissas do estatuto da cidade em prol do planejamento estratégico. Há uma inversão de valores a qual coloca em polos opostos esses dois certames. As diretrizes desse estatuto exigem a gestão democrática por meio da maior participação da população e intensificação da criação de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formação, execução e o acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Cada vez mais os movimentos sociais ganham aderência e, assim, cresce sua importância política e sua relevância no cumprimento da função social da cidade. A inserção dessas novas questões de diferentes tendências e abordagens torna possíveis as discussões sobre a cidadania e suas formas de exercício.

Os movimentos pelo direito à cidade encontram-se em plena atividade em dezenas de cidades em todo o mundo. Não se trata de caprichos ou modismos intelectuais, mas de vozes que vêm das ruas, dos bairros, “como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (HARVEY, 2014). Face ao que foi exposto, percebemos a legalidade do exercício do direito à cidade, presente nos discursões entorno de como seria a melhor configuração para o Parque Dona Lindu, como reforça Souto Maior (2003, p.85),

Os movimentos sociais, que representam as parcelas consideráveis da sociedade que se encontram em posição inferiorizada e que lutam por melhores condições de vida – e contra todas as estruturas que privilegiam, de forma totalmente injustificada, alguns setores da sociedade – querem, primeiro, que a lei não seja usada como instrumento para impedi-los de lutar, de apontar desajustes econômicos, políticos e culturais de nossa sociedade e de conduzir, por

manifestações públicas, suas reivindicações, e, segundo, pretendem demonstrar que, em verdade, agem amparados pela Constituição Federal.

É primordial a compreensão que o direito à cidade é exercido coletivamente, reivindicar o direito à cidade é reclamar um tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas.... Nos últimos anos, muito se tem discutido a importância que vêm tomando os movimentos sociais urbanos. Frutifica cada vez o desejo coletivo de transformar a cidade, tendo como pauta de suas reivindicações mais qualidade de vida em ambiente urbano, maior mobilidade, acesso à saúde, educação, entre outros. Conforme Harvey (2014, p.28),

O direito a cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.

Esse modelo de cidade, que gradativamente tem centralizado a criação e dinamização de bens simbólicos e do bem-estar dos cidadãos, assume a articulação entre a sociedade civil, a iniciativa privada e as mais diversas instancias estatais. Assim, “As cidades adquirem, cada dia mais, um forte protagonismo tanto na vida política como na vida econômica, social, cultural e nos meios de comunicação” (CASTELLS & BORJA, 1996). Assim, as cidades atuam como atores sociais complexos com múltiplas dimensões e particularidades.⁵

Dessa forma, o espaço funciona como um centro importante da ação e revolta política. Assim, as características atuais de cada localidade são importantes como também a reengenharia física e social, juntamente com a organização territorial desses lugares são entendidas como armas nas lutas políticas. Esse poder político procura frequentemente reorganizar tanto as infraestruturas como a vida urbana com o objetivo de manter as populações insatisfeitas sob controle.

⁵ Segundo Manuel Castells (2013), os movimentos sociais de reivindicação se espalham por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida de imagens e ideias. Assim, tornam-se com muita facilidade movimentos sociais da sociedade em rede.

Nesse sentido, o direito à cidade não é um direito individual exclusivo, mas coletivo concentrado, um poder coletivo unguído para remodelar os processos de urbanização, incluindo todos aqueles que facilitam a reprodução da vida cotidiana. É importante ressaltar, contudo, que se trata de um direito complicado devido não só às condições contemporâneas da urbanização capitalista como também à natureza das populações que poderiam lutar por esse direito (HARVEY, 2014).⁶

A mobilização de parte dos moradores do bairro de Boa Viagem, Recife-PE, (em sua maioria representados pela AMPARQUE e APSB), somada às articulações da classe política do município (tendo em João Paulo o seu maestro), foi eficiente, resultando na cessão dos terrenos à Prefeitura. Entretanto, o que ocorreu no decorrer desse processo foi um desgaste de ambas as partes. Inicialmente, por conta da escolha do equipamento a ser implantado (um centro cultural, quando o desejado pelas duas entidades que apoiavam o prefeito era um parque verde) e, posteriormente, devido aos valores a serem investidos, ao nome a ser dado ao parque e assim por diante. Aqueles momentos de mobilização, pouco a pouco se transformaram em um palco de guerra. De um lado, representantes do Estado acusavam aqueles que antes eram aliados de “elite intransigente”, de desejarem fazer do parque um quintal de seus prédios. De outro, membros da AMPARQUE diziam que o prefeito queria bajular o Poder Federal e, para isso, utilizava-se do parque.

Assim, podemos dizer que o espaço de resistência original foi constituído a partir da expressão da indignação de parte dos moradores do bairro com a possibilidade de dois terrenos denominados pela comunidade de Sítio dos Dendezeiros – pertencentes à União e localizados em Boa Viagem, que ainda permaneciam como áreas sem construções – serem transformados em edifícios residências. Posteriormente, essa resistência se construiu contra o projeto concebido pelo escritório de Oscar Niemeyer, contratado pela PCR, representada pelo então prefeito do Recife, João Paulo. Em decorrência da decisão do Estado em efetivar o projeto concebido pelo escritório

⁶ A cidade cada vez mais tem sido tema de análises históricas inspiradas em conceitos e metodologias oriundas de diversas áreas do conhecimento. A compreensão da cidade apresenta diversas perspectivas, constroem-se várias verdades de acordo com os interesses daqueles detentores do poder e de seus opositores, em detrimento dos que querem ser ouvidos, percebidos. Quando se observa a partir do viés da gestão urbana das cidades contemporâneas, identificam-se dois eixos norteadores baseados na busca de obterem mais produtividade e serem mais competitivos.

do arquiteto Oscar Niemeyer, emerge a execução de estratégias de resistência por parte de alguns moradores do bairro, notoriamente exercida pela AMPARQUE e APBS.⁷

Existe, nesse caso, um processo de imposição e resistência em que ocorrem as práticas efetivas e cotidianas as quais, para Certeau (1998), são táticas (exercidas pelos hipossuficientes) e estratégias (exercidas pelo poder do Estado). São relações mantidas à base de negociações em que o poder do Estado tenta submeter os indivíduos às suas regras. Assim, a invenção do cotidiano se dá graças às artes de fazer e, dessa forma, ocorrem os embates entre as táticas de resistência e a estratégias de dominação. Essas táticas de resistência aparecem como uma releitura do que é imposto aos indivíduos que, como defesa, alteram os objetos e códigos, estabelecendo uma desapropriação do espaço e do uso que lhe é dado. Isso reflete nas operações dos usuários que, supostamente entregues à passividade e à disciplina, encontram maneiras de resistência, jogando constantemente com os acontecimentos para transformá-los em ocasião, oportunidade de ganho (CERTEAU, 1998).

Essas estratégias de resistência e resiliência conduzem a um modelo ideal de cidade “onde a criação de espaços públicos e o embelezamento urbano” constituem estratégias de marketing urbano. Assim, o parque público confere identidade ao espaço urbano, servindo de item a colaborar com a valorização da cidade, pois, ao longo da história, codificam na sociedade signos a serem consumidos como qualquer outra mercadoria. (SERPA, 2007).

Considerações finais

As instituições humanas assim como o próprio homem representam produtos históricos do seu tempo. Dessa forma, podemos perceber os conflitos que ocorreram na implementação do parque como uma leitura das atuais condições de nossa sociedade. De um lado, os desejosos da prevalência das questões ambientais, tão em voga, entretanto áreas vegetadas como uma praça, um parque verde, também valorizam economicamente as edificações do entorno. Do outro, os que defendiam interesses políticos, econômicos, e que respaldavam o capital imobiliário tão atuante

⁷ A maioria da atuação da associação era realizada por meio de mobilizações nas ruas do bairro com faixas e panfletos, buscando a participação da comunidade, daqueles que se sentiam incomodados com o projeto disponibilizado pelo escritório de Oscar Niemeyer e, verdadeiramente, acreditavam que o bairro precisa de áreas verdes. Além disso, foram utilizadas as redes sociais com o intuito de viabilizar maior aderência e visibilidade por parte da população. O objetivo era que o processo de definição do projeto arquitetônico do parque fosse o mais democrático possível.

na determinação da forma urbana adotada pela cidade contemporânea, e que naquele momento representavam o poder do Estado.

As vivências humanas expressam o contexto histórico de cada época. Indicam signos que legitimam fatos os quais constroem no presente uma razão, referências que estimulam refletir sobre questões políticas, sociais e culturais, construindo, assim, um saber. Em linhas gerais, é oportuno entender esse fato-social como mais um aspecto da implantação de espaços que são suportes das práticas espaciais cotidianas as quais fazem parte da história da urbanização do Recife em suas novas dinâmicas urbanas que concebem formas de produção do espaço público.

O cerne da questão desse fato social foi evidenciar a necessidade de repensar-se o modelo de cidade que estamos adotando para as gerações futuras. Buscava-se inserir nas pautas governamentais o fato de que o espaço para participação e diálogo deve ser uma das premissas do papel do Estado. Movimentos como esse sinalizam a necessidade de requalificar os nossos espaços públicos.

Os protestos contra a construção do projeto do Parque Dona Lindu, conforme concebido pelo escritório de Niemeyer, foi um movimento de vanguarda na cidade pela mobilização de setores adversos da comunidade, pela participação e interesse da população e pela ampla discussão em veículos midiáticos. Pela primeira vez, em nosso Estado, repercutiu, nas mídias o direito de opinar sobre a configuração da cidade em que vivemos. É o conturbado exercício do direito à cidade que estava sendo posto em xeque.

Pela primeira vez em nosso Estado, repercutiu, nas mídias oficiais e digitais, a atuação de um movimento que enfrenta os seus mais poderosos opositores (o poder do dinheiro e o poder do Estado) em prol de participar da concepção do espaço público urbano. O Norte era a luta em busca do direito de opinar sobre a configuração da cidade em que vivemos. Dessa forma, constroem-se elementos e significações, a exemplo do Parque, um ícone a ser consumido.

Os parques urbanos vêm, no decorrer da história, servindo como instrumento de valorização fundiária do solo localizado na região metropolitana. Boa Viagem é um bairro de crescimento habitacional constante e, a partir da década de setenta, o bairro, devido ao excesso de usos comerciais das edificações das zonas centrais da cidade, tornou-se uma alternativa para aqueles desejosos de mais qualidade de vida e, além disso, representa a oportunidade de desfrutar de um ambiente praiano. Não longe disso, os parques públicos em geral estão ligados a um

contexto de programa imobiliário, e os discursos oficiais, ao abordarem a temática do parque público, enfatizam as virtudes desse tipo de equipamento, sem excluir seu potencial econômico que serve como atrativo para efetivação desse tipo de operação urbana. Elaborado e concebido como um equipamento urbano, o parque público concretiza-se como um vetor para valorização do patrimônio construído da cidade.

A ideia de parque verde, um refúgio em meio a um ambiente densamente construído, reafirma o interesse cada vez maior pela valorização da natureza, das causas ecológicas tão em voga na atualidade. O papel da natureza como matéria-prima de espaços que implicam valores econômicos e políticos mostra-se relevante para o entendimento desse fato social. São espaços estratégicos que inúmeras vezes diluem o papel de meros lugares de contemplação, de reserva ambiental, substituindo, de acordo com interesses, o protagonismo de espaço-natureza por espaço-produto. A construção de parques públicos tem cada vez mais sido desejada, pois é um ganho para o bairro que na maioria das vezes valoriza o entorno e vai ao encontro dos interesses dos promotores da dinâmica urbana.

Referências

ABRAHÃO, Sérgio Luís. Espaço público: do urbano ao político. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

ALBERTI, Verena. De versão a narrativa no manual de história oral. *História Oral*, v. 15, n. 2, p. 159-166, 2012.

ARANTES, Otilia. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: RJ. Editora Vozes. 2000.

ARENDDT, Hannah. A condição Humana. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1999.

_____. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

CARTA DO DIREITO À CIDADE. Documento produzido a partir do Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006.

CASTELLS, Manuel. Redes de Indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel & BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. In: novos estudos, CEBRAP nº 45, 1996.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. Prefácio e tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Cidades rebeldes: do direito a cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Tradução Ermínia Maricato...[et al]. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: Espaço e Debates, São Paulo, ano XVI, n.39, 1996.

_____. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. i... São Paulo, Boitempo: Carta Maior, 2012.

_____. Para entender o capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, SP: 121 Boitempo, 2013.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. O direito à cidade. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

_____. La producción del L'espace. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, 4ª éd. Paris. Éditions Anthropos, 2000. 1ª versão, fev/2006.

_____. La producción del espacio. Introdução e tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Coleção Entrelíneas, 2013.

NIEMEYER, Oscar. Oscar Niemeyer: 1999-2009. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

PESANVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História, n.29, 1995.

_____. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Muito Além do espaço: por uma história cultural do urbano. Estudos históricos, Rio de Janeiro: CPDOC, n.16, 1995.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo. Editora Brasiliense, 2004.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão e outras reflexões. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães. 2011.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A vez do direito social e da discriminação dos movimentos sociais. In: Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Editora Boi Tempo: Carta Maior. São Paulo, 2003.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: nota sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. Rio de Janeiro, IPUR, 2003.